



# COLLOQUIUM

## REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE TEOLOGIA

VOLUME 10, NÚMERO 2, CRATO – CE, AGOSTO DE 2026 - ISSN 2448 2722

SUBMETIDO EM: ACEITO EM: - SEÇÃO 1: ARTIGOS

### O PAPEL DA DISCIPLINA ESCOLAR E FORMAÇÃO DO CARÁTER: UM CAMINHO DE AUTOGOVERNO À LUZ DA EDUCAÇÃO CRISTÃ

#### School Discipline and Character Formation: A Path of Self-Government in the Light of Christian Education

Samuel de Camargo<sup>1</sup>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9078347121874863>

DOI: <https://doi.org/10.58882/cllq.v10i2.221>

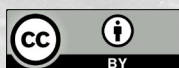
**Resumo:** A crescente indisciplina escolar revela uma crise formativa que envolve o enfraquecimento da parceria entre escola e família e a perda de referências morais. Este artigo analisa as causas da indisciplina e propõe sua superação à luz da Abordagem Educacional por Princípios (AEP), com ênfase na formação integral, no autogoverno e na retomada de valores bíblicos. Por meio de revisão bibliográfica e comparação entre autores seculares e cristãos, conclui-se que educar por princípios é essencial para formar alunos conscientes, éticos e capazes de respeitar limites, contribuindo para uma sociedade mais justa e equilibrada.

**Palavras-chaves:** Indisciplina escolar; Formação integral; Autogoverno; Escola e família; Abordagem Educacional por Princípios.

**Abstract:** The growing issue of school indiscipline reveals a formative crisis involving the weakening of the partnership between school and family and the loss of moral references. This article analyzes the causes of indiscipline and proposes its resolution in light of the Principle-Based Educational Approach, emphasizing integral formation, self-government, and the recovery of biblical values. Through a literature review and a comparison between secular and Christian authors, it is concluded that educating by principles is essential to forming conscious, ethical students who are capable of respecting boundaries, thus contributing to a more just and balanced society.

**Keywords:** School indiscipline; Integral formation; Self-government; School and family; Principle-Based Educational Approach.

1 Professor. Mestrando no Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória. Bacharel em Teologia Livre pela Faculdade Teológica e Apologética Cristã Dr. Walter Martins (2014); em Teologia pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (2016). Licenciado em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica - Letras pela Faculdade Educacional da Lapa (2018); em História pelo Centro Universitário Cidade Verde (2023), em Filosofia pelo Centro Universitário Cidade Verde (2024). Especialista em: Teologia e Interpretação Bíblica pela Faculdades Batista do Paraná (2019); Educação a Distância: Gestão e Tutoria pelo Universitário Leonardo da Vinci (2019); Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2020); Literatura e Cultura pelo Centro Universitário Unifatecie (2024); Letras - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade Iguaçu (2024); Teologia pela Faculdade Iguaçu (2024); em Filosofia, Sociologia e História pela Faculdade Iguaçu (2025); em Docência em Filosofia e Sociologia pela Faculdade Iguaçu (2025).



ESTA OBRA ESTÁ LICENCIADA SOB UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS CC BY 4.0

## INTRODUÇÃO

A crescente onda de indisciplina nas escolas brasileiras tem se tornado um dos principais desafios da educação contemporânea, conforme o relatório apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2025), que evidencia a intensificação de fatores associados ao estresse docente e à deterioração do clima escolar. Os dados revelam que a dificuldade em manter a disciplina constitui uma das principais fontes de tensão para os professores dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo mencionada por mais da metade dos docentes, o que confirma a centralidade do problema no cotidiano escolar.

Além disso, o relatório aponta que uma parcela expressiva dos professores vivencia situações de desrespeito e violência verbal por parte dos estudantes, índice significativamente superior à média internacional, o que reforça a percepção de que a indisciplina não se restringe a comportamentos pontuais, mas configura-se como um fenômeno estrutural no contexto educacional brasileiro (INEP, 2025). Esse cenário é agravado pela sobrecarga de responsabilidades atribuídas ao professor, que passa a responder não apenas pelo desempenho acadêmico, mas também pelo bem-estar socioemocional dos alunos, ampliando a pressão sobre sua atuação profissional.

Dessa forma, os indicadores apresentados pelo INEP (2025) corroboram a existência de uma relação direta entre a crescente indisciplina e o aumento do estresse docente, sinalizando a urgência de políticas educacionais que promovam ambientes escolares mais organizados, seguros e propícios à aprendizagem, bem como estratégias institucionais de apoio ao professor frente às novas demandas impostas pela realidade escolar.



Ademais, episódios frequentes de desrespeito à autoridade docente, conflitos interpessoais e desatenção às normas escolares evidenciam um cenário preocupante que compromete não apenas o rendimento acadêmico, mas a formação integral do aluno. Esse contexto, que transcende a sala de aula, exige uma análise profunda sobre os fatores que enfraquecem o senso de responsabilidade e o respeito mútuo entre os envolvidos no processo educativo.

Paralelamente a essa realidade, observa-se o enfraquecimento da atuação da família como principal agente formador. A fragmentação dos laços familiares, a ausência de limites claros e a relativização de valores têm contribuído para o enfraquecimento da autoridade parental, refletindo diretamente no comportamento dos estudantes. Nesse sentido, a escola tem sido desafiada a lidar com questões que antes estavam sob a responsabilidade direta dos pais, tornando-se, muitas vezes, a única instituição a mediar conflitos e desenvolver habilidades socioemocionais nos alunos.

Diante desse cenário, esta pesquisa se propõe a investigar o seguinte problema: Diante do crescente desafio da indisciplina no ambiente escolar, conforme o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCED, 2021), agravado por lacunas na formação moral e pelo enfraquecimento da cooperação entre escola e família, como promover um processo educativo que forme alunos autogovernados, conscientes de sua individualidade e capazes de respeitar limites, valores e relações, à luz de uma cosmovisão cristã fundamentada na AEP? Esta indagação delimita o foco da investigação e orienta a busca por caminhos que resgatem o verdadeiro sentido da disciplina como valor formativo e espiritual.

Como possíveis respostas a essa problemática, parte-se da hipótese de que a disciplina escolar pode ser restaurada e fortalecida por meio da valorização do autogoverno, entendido como domínio próprio fundamentado em princípios; da



reaproximação entre escola e família e do resgate de fundamentos morais e espirituais no processo formativo. Também se considera que o desvio de conduta não é apenas um sintoma comportamental, mas revela a ausência de uma visão integral do ser humano, que leve em conta sua alma, sua individualidade e seu papel na comunidade. Assim, a educação cristã, com base na AEP, oferece fundamentos teóricos e práticos para a superação desse desafio.

Neste contexto, o objetivo geral do trabalho é analisar as causas da indisciplina escolar e propor caminhos para sua superação através do autogoverno, da parceria família-escola e da formação integral, fundamentando-se em princípios bíblicos e valores morais. Os objetivos específicos se concentram em: investigar o modo pelo qual o ambiente escolar pode atuar como espaço de reforço do autogoverno e da formação de caráter; identificar as causas da indisciplina a partir da ausência de autogoverno e do cuidado com a alma; e discutir a importância da parceria entre escola e família na consolidação da disciplina à luz dos princípios bíblicos.

A pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo. A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica, com análise crítica de autores seculares, como Içami Tiba e Pianezzer, e de autores cristãos, como Rubens Cartaxo. Os procedimentos metodológicos consistiram na comparação entre os referenciais seculares e a cosmovisão cristã, articulando conceitos contemporâneos de disciplina e educação com os princípios da AEP, que compreende a formação do caráter como um processo espiritual, moral e relacional.

A estrutura da pesquisa está organizada em três seções. A primeira, *Escola, Disciplina e Autogoverno*, discute o ambiente escolar como extensão da família e da sociedade na formação moral do aluno. A segunda, *Causas da Indisciplina Escolar*, aprofunda os fatores internos e externos que contribuem para a perda do autogoverno, à luz de Tiba, Cartaxo e outros autores. A terceira seção, *Escola*



*e família como corresponsáveis na formação do caráter*, analisa a importância da aliança entre esses dois pilares formativos para a consolidação de uma disciplina sustentável e coerente com os princípios bíblicos.

A relevância desta pesquisa está em oferecer uma reflexão pedagógica fundamentada em valores eternos, propondo soluções práticas e espiritualmente coerentes para um problema urgente nas escolas. Ao valorizar a parceria entre escola e família, e ao resgatar o papel formativo do autogoverno na vida dos alunos, este estudo contribui com novas perspectivas para a comunidade acadêmica e para os educadores cristãos comprometidos com uma educação integral, transformadora e baseada em princípios.

#### **ESCOLA, DISCIPLINA E AUTOGOVERNO: O AMBIENTE ESCOLAR COMO EXTENSÃO FORMATIVA DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE**

O ambiente escolar é, por essência, regido por normas e princípios que visam o bom funcionamento da convivência entre sujeitos diversos. Da mesma forma como o universo criado por Deus opera com ordem, leis e limites — evidência de Sua soberania e caráter moral — o espaço escolar, enquanto extensão da formação do indivíduo, também deve refletir essa ordem. A escola, nesse sentido, torna-se um microcosmo da sociedade, sendo responsável por ensinar ao educando a importância da disciplina, da cooperação e do respeito mútuo.

Grimm e Appio (2009) enfatizam que a construção de um ambiente equilibrado e cooperativo exige o envolvimento intencional de todos os sujeitos escolares, com vistas ao desenvolvimento integral das habilidades de cada aluno. Essa visão é coerente com o princípio da individualidade proposto pela AEP, o qual reconhece que cada educando é único, criado à imagem e semelhança de Deus, com dons específicos que devem ser cultivados para o bem comum e para o cumprimento do propósito divino (Lima et al., 2018).



Içami Tiba (2006) argumenta que a escola ocupa uma posição intermediária entre a família e a sociedade, sendo necessário, portanto, que seus limites comportamentais sejam mais rígidos que os familiares, porém mais brandos que os sociais. Essa afirmação indica que o ambiente escolar não deve se confundir com o lar nem tampouco com o espaço público adulto, mas ser uma ponte formativa entre os dois. Tiba ressalta que é na escola que o aluno se desliga da superproteção dos pais e começa a lidar com as responsabilidades, consequências e exigências típicas da vida em sociedade. Dessa forma, a escola não deve assumir o papel de babá, mas ser um espaço de transição responsável, no qual os alunos aprendem com clareza os limites que regulam a convivência humana.

Essa concepção encontra forte respaldo na proposta de autogoverno da AEP ao ensinar os alunos a viverem sob limites justos e princípios morais sólidos, a escola está cooperando com a formação do caráter e com a preparação do cidadão para uma vida de responsabilidade diante de Deus e dos outros (Lima et al, 2018). A disciplina escolar, nesse contexto, não se reduz a normas punitivas, mas se apresenta como ferramenta de instrução e libertação, pois quem governa a si mesmo é livre do domínio das paixões, da desordem e da ignorância.

Rubens Cartaxo (2018) afirma que a disciplina escolar só é eficaz quando fundada em princípios e no compromisso coletivo. A manutenção da ordem na escola não é um capricho institucional, mas uma necessidade formativa que espelha o valor da ordem na sociedade. A convivência escolar, marcada por diversidade de pensamentos, culturas, histórias e condições, se torna um laboratório da realidade. E é exatamente por ser um simulado da vida, como se observa, que a escola precisa funcionar com regras claras e aplicadas com justiça e constância. Isso não implica padronização, mas sim respeito à dignidade humana e à vocação comum de buscar a verdade e viver de modo ético.



No entanto, a construção desse ambiente disciplinado e respeitoso não é tarefa exclusiva do professor. Segundo Grimm e Appio (2009), para que a escola alcance um trabalho realmente integrado e compartilhado, é imprescindível que todos os profissionais da educação se reconheçam como corresponsáveis pelo processo. Tiba (2006) complementa esse entendimento ao destacar que a atuação docente deve considerar as características dos envolvidos, especialmente professor e aluno, de forma sensível e inteligente. Nesse contexto, a professor tem papel central na socialização comunitária e, para isso, precisa desempenhar quatro funções fundamentais: ensinar conteúdos, coordenar o grupo com empatia e discernimento, atuar como colega solidário no corpo docente e cumprir com ética suas obrigações institucionais.

Essas funções convergem com os princípios de aliança e mordomia da AEP. O professor é um agente de Deus na sala de aula, chamado a servir com excelência, responsabilidade e zelo. Ao tratar o ensino como vocação e ministério, ele reconhece que seus talentos são dádivas a serem aplicadas em favor da formação dos alunos. Tal consciência eleva o ofício docente acima da mera prestação de serviço e o insere na missão redentora de Deus na história.

A realidade atual, marcada por uma profunda anorexia de saber, como aponta Tiba (2006), demonstra o colapso de um sistema educacional desconectado da realidade e do sentido. Essa anorexia intelectual, que se manifesta pela falta de interesse dos alunos, é alimentada por aulas descontextualizadas, desprovidas de sabor e inspiração. Ao se deparar com essa apatia, muitos professores se sentem impotentes diante da indisciplina crescente. No entanto, Tiba propõe um antídoto: a criatividade pedagógica. Segundo ele: “O professor deve ter criatividade para tornar sua aula apetitosa. Os temperos fundamentais são alegria, bom humor, interação, respeito humano e disciplina” (Tiba, 2006, p. 132)



Sob a ótica da AEP, a mordomia do saber implica oferecer ao aluno uma experiência de aprendizagem viva, relevante e enraizada em princípios eternos. Quando o conhecimento é tratado como dom de Deus e não apenas como informação, o processo educativo se transforma em um ato de adoração e serviço. A escola deixa de ser um espaço de contenção e se torna um campo fértil onde se semeia o futuro, conforme o princípio de semear e colher. A indisciplina, nesse cenário, é vista como fruto de uma educação sem propósito, enquanto o autogoverno emerge como colheita da semeadura de valores sólidos e coerentes.

Em síntese, a escola cristã, fundamentada na cosmovisão bíblica, deve assumir seu papel como parte da aliança educativa entre família, sociedade e Reino de Deus. Por meio de limites justos, ensino criativo, clima cooperativo e formação ética, o ambiente escolar torna-se um instrumento poderoso para o desenvolvimento do caráter, da responsabilidade e da vocação do aluno. Em uma sociedade que sofre de desorientação moral e intelectual, educar com princípios é semear esperança, restaurar propósitos e preparar gerações para servir com sabedoria e justiça.

#### **CAUSAS DA INDISCIPLINA ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INDIVIDUALIDADE, DO AUTOGOVERNO E DO CUIDADO COM A ALMA**

A complexidade do comportamento humano no ambiente escolar exige uma análise sensível, abrangente e fundamentada em princípios. Os comportamentos inadequados dos alunos não se explicam apenas por fatores externos ou por má conduta voluntária. É necessário compreender a raiz das manifestações disciplinares, que muitas vezes revelam angústias interiores, falhas de orientação familiar, distúrbios psíquicos, desequilíbrios sociais ou traumas profundos. Nessa perspectiva, a abordagem cristã da educação entende que cada aluno é um ser



integral, portador de alma, corpo e espírito, e que precisa ser acolhido, compreendido e conduzido com amor, verdade e limites.

Içami Tiba (2006) contribui significativamente para essa análise ao diferenciar distúrbios e transtornos. Enquanto os distúrbios representam perturbações mais profundas da psique que afetam diretamente o relacionamento interpessoal e a autoestima do aluno, os transtornos são entendidos como perturbações mais leves, mas ainda assim significativas para a dinâmica da sala de aula. Tiba destaca que esses fatores podem dificultar a relação entre o educando e seus colegas, assim como entre o educando e o professor, resultando em prejuízos emocionais e pedagógicos. Contudo, ele também adverte que o professor, como ser humano, está igualmente suscetível a falhas, e que distúrbios não resolvidos no educador podem interferir negativamente no ambiente de aprendizagem.

Essa observação encontra eco na cosmovisão cristã da AEP, especialmente no princípio da mordomia, que compreende que o educador é administrador de sua função diante de Deus. Nesse sentido, a mordomia não se restringe ao cuidado com bens materiais, mas envolve a gestão responsável do tempo, dos dons, das competências, da autoridade pedagógica e da influência exercida sobre os alunos, reconhecendo que tudo pertence a Deus e foi confiado ao ser humano como responsabilidade e serviço. Assim, o educador não atua como proprietário de sua missão, mas como servo-administrador, chamado a prestar contas do uso de seus recursos físicos, emocionais, intelectuais e espirituais no processo educativo. Por isso, o autoconhecimento, o autocuidado e a submissão aos princípios bíblicos são indispensáveis à prática docente, pois não se pode conduzir o outro com firmeza e equilíbrio se não se vive sob domínio próprio e orientação superior.

Importante também é considerar que a indisciplina não se manifesta apenas de forma ruidosa. Tiba (2006) alerta para o que ele chama de indisciplina silenciosa — aquela protagonizada por alunos apáticos, distraídos, excessivamente tímidos



ou retraídos. Ainda que não perturbem a ordem externa da sala, esses alunos sofrem internamente, muitas vezes sem serem notados ou acolhidos. A dor que carregam não é audível, mas real, e pode ser resultado de negligência afetiva, rejeição, desajuste familiar ou vazio existencial. Nesse sentido, Tiba observa que: “o Príncipe pode ser uma criança saciada, mas não será uma criança feliz. A sociedade vai para o corpo, mas a alma continua desnutrida, portanto, infeliz” (2006, p. 154). Essa afirmação ressalta a importância de considerar a dimensão da alma na educação — o que, para a cosmovisão cristã, é fundamental.

A educação cristã não negligencia o sofrimento emocional nem a realidade psíquica dos educandos. Ao contrário, entende que Jesus Cristo veio para curar os quebrantados de coração (Is 61.1), e que a escola pode ser um canal de graça e restauração quando conduzida por princípios de amor, verdade e justiça. O princípio da aliança, nesse contexto, orienta a relação do educador com o aluno como uma responsabilidade mútua de cuidado e propósito, e não como uma função técnica.

Tiba (2006) enumera uma série de distúrbios e transtornos que podem comprometer o comportamento e o rendimento escolar: distúrbios psiquiátricos, distúrbios neurológicos (como hiperatividade, déficit de atenção e dislexia), deficiência intelectual, transtornos de personalidade, transtornos neuróticos e, ainda, falta de educação familiar, que pode, por vezes, simular ou agravar tais quadros. A identificação desses fatores exige sensibilidade, capacitação e discernimento por parte do educador, que precisa distinguir entre um ato de desobediência deliberada e uma manifestação de sofrimento psíquico.

Além desses aspectos clínicos, a indisciplina pode ser também o resultado de problemas de relacionamento interpessoal, especialmente entre os próprios alunos. Conflitos interpessoais, rivalidades e disputas podem culminar em agressões, brigas e rupturas do ambiente escolar pacífico. Um dos fenômenos mais



recorrentes nesse campo é o *bullying*; uma prática de violência contínua, verbal, física ou psicológica, muitas vezes invisível aos olhos dos adultos.

Pianezer (2018) identifica dez causas recorrentes do *bullying*: discriminação, preconceito, inveja, ciúmes, aparência física, idade, religião, condição econômica, etnia e cor da pele. Esses elementos revelam que o *bullying* é, antes de tudo, uma manifestação de ruptura dos princípios de dignidade e respeito mútuo, que deveriam reger toda convivência humana. Do ponto de vista bíblico, cada ser humano é criado à imagem de Deus (Gn 1.27), sendo, portanto, portador de valor inalienável. Quando esse valor é desconsiderado, abre-se espaço para humilhações, abusos e exclusões, que desfiguram a imagem de Deus no outro.

Por isso, Tiba afirma que: “Da mesma forma como a mão deve interferir para proteger o filho mais frágil, o professor também deve intervir para proteger o aluno mais vulnerável” (2006, p. 157). Esse chamado à intervenção se conecta ao princípio cristão do cuidado com o próximo e da justiça. A omissão diante da injustiça é, em si, uma forma de cumplicidade. Rubens Cartaxo (2018) reforça essa visão ao afirmar que o exercício da disciplina deve ser corresponsável e restaurador, e que a autoridade docente precisa se expressar em ações de proteção e firmeza, guiadas por princípios e pelo autogoverno.

Outras manifestações de indisciplina escolar estão ligadas à violência simbólica ou física, ao vandalismo, muitas vezes disfarçado de brincadeira, e à drogatização. Zluhn (2013) identifica diversas formas de violência que atravessam o espaço escolar: violência doméstica, física, psicológica, conjuntural e institucional. Em muitos casos, a violência sofrida fora da escola é reproduzida dentro dela, contaminando relações e minando o clima de segurança emocional. O uso de substâncias como álcool, tabaco, maconha e outras drogas é outro fator alarmante que influencia o comportamento dos estudantes, distorcendo percepções, afetando o aprendizado e comprometendo a integridade moral dos envolvidos.



Diante disso, é imprescindível que a escola cristã assuma sua vocação profética de ser um lugar de acolhimento, verdade e transformação. A indisciplina não deve ser ignorada nem reprimida apenas por mecanismos externos, mas compreendida à luz de uma visão integral do ser humano. O autogoverno, nesse processo, deve ser ensinado como uma meta formativa — um fruto do ensino de princípios bíblicos internalizados, da prática coerente e do exemplo vivencial dos educadores.

Somente uma escola comprometida com o desenvolvimento do caráter, com o cuidado da alma e com o ensino de valores eternos poderá resistir às forças desagregadoras da cultura contemporânea e formar cidadãos livres, íntegros e agentes de transformação.

#### **ESCOLA E FAMÍLIA COMO CORRESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO DO CARÁTER: FUNDAMENTOS DA DISCIPLINA À LUZ DA ABORDAGEM EDUCACIONAL POR PRINCÍPIOS**

A formação integral do aluno, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da disciplina e do caráter, depende da parceria essencial entre escola e família. Ambas as instituições possuem papéis complementares, mas igualmente fundamentais: enquanto a escola é responsável pelo ensino formal e pelo desenvolvimento de competências cognitivas e sociais, a família deve assegurar a formação moral, afetiva e o desenvolvimento da autodisciplina desde os primeiros anos da vida da criança. Essa visão é reforçada pela AEP, que reconhece a família como a primeira instituição criada por Deus, sendo a base da aliança que sustenta todas as demais formas de governo — inclusive a escolar.

Nesse sentido, a formação integral, conforme a AECEP, não se limita à dimensão intelectual, mas abrange de modo inseparável as dimensões espiritual, moral, emocional, social e física do educando, compreendendo-o como um ser criado à imagem de Deus, dotado de propósito, responsabilidade e capacidade



de autogoverno. A educação, portanto, não visa apenas ao êxito acadêmico, mas à restauração da identidade, ao desenvolvimento do caráter e à preparação do aluno para exercer, com responsabilidade e serviço, sua vocação na sociedade. Assim, a escola, em aliança com a família, torna-se espaço de semeadura de princípios eternos que orientam escolhas, atitudes e relações, promovendo uma aprendizagem que transforma não apenas o saber, mas também o ser e o agir do estudante.

De acordo com os princípios da AEP, o princípio da aliança está no centro da relação entre educadores e pais, pois trata-se de uma responsabilidade conjunta e relacional diante de Deus, em prol do desenvolvimento de indivíduos capazes de exercer o autogoverno. Assim, a escola deve instruir, corrigir, inspirar e formar, mas jamais substituir a família em sua função original.

Na perspectiva, essa aliança não implica fusão de papéis, mas cooperação entre esferas distintas e soberanas, cada uma instituída por Deus com autoridade própria e limites claros de atuação. A família exerce soberania primária sobre a formação moral, espiritual e afetiva da criança, sendo a primeira responsável por estabelecer valores, limites e identidade. A escola, por sua vez, possui soberania delegada no âmbito do ensino formal, da mediação do conhecimento e da socialização orientada por princípios, atuando como extensão pedagógica, e não como substituta, da autoridade familiar.

Quando essa aliança é enfraquecida ou rompida, os resultados são visíveis em sala de aula, nas estatísticas de violência, no aumento da indisciplina e na apatia diante do saber. A ruptura dessa cooperação gera confusão de papéis, fragiliza a autoridade legítima e compromete a formação integral do aluno, pois rompe a harmonia entre as esferas que deveriam atuar em complementaridade e unidade de propósito.



Içami Tiba (2006) observa que manter a disciplina escolar e enfrentar seus desafios exige a participação mútua e cooperativa entre a escola e a família, com o objetivo de preparar o aluno para viver de forma saudável em sociedade. Essa cooperação implica ensinar o educando a desenvolver sua autonomia respeitando os limites do outro, com capacidade de formar e expressar opiniões sem desrespeitar a diversidade de pensamentos e condutas. Para Tiba, no entanto, muitos pais não reconhecem ou não exercem adequadamente suas responsabilidades educativas, e em não raros casos, tentam burlar o sistema escolar em benefício dos próprios filhos, o que contribui para a formação de comportamentos desviantes em vez de cidadãos éticos e maduros.

Ainda segundo Tiba (2006), atitudes como solicitar alterações de regras para não contrariar os filhos, pedir um pontinho extra para evitar reprovações ou até realizar trabalhos pelos filhos representam uma ajuda ilusória. Na verdade, essas práticas contribuem para a formação de jovens transgressores e não cidadãos responsáveis, pois os afastam da realidade das consequências e da construção do caráter. Essa crítica de Tiba se alinha ao princípio bíblico da semeadura e da colheita (Gl 6.7), que afirma que cada ação gera uma consequência, e que poupar o filho da verdade é privá-lo da maturidade.

Rubens Cartaxo (2018) reforça que o exercício da disciplina e do autogoverno exige constância, verdade e colaboração entre os agentes educativos. Ele entende que a disciplina começa no lar e é consolidada na escola, e que ambas as instituições devem caminhar em harmonia, estabelecendo limites claros, coerentes e aplicados com amor. A ausência de limites no ambiente familiar, conforme aponta Cartaxo, resulta em crianças inseguras, carentes de direção, que tendem a testar os limites da autoridade escolar, gerando conflitos que poderiam ser evitados se a mordomia da paternidade fosse bem exercida.



Pois, à luz da AEP, a mordomia parental compreende que os filhos não são propriedade dos pais, mas herança e confiança dadas por Deus, pelas quais os responsáveis deverão prestar contas. Isso implica reconhecer que educar é um chamado espiritual e ético, no qual os pais administram não apenas a rotina e o cuidado material, mas, sobretudo, a formação do caráter, a transmissão de valores e o ensino do autogoverno. Assim, negligenciar a disciplina, omitir limites ou transferir à escola uma responsabilidade que é originalmente da família representa falha na mordomia, pois compromete o propósito divino de preparar a criança para viver com responsabilidade, serviço e submissão à verdade. Desse modo, a atuação dos pais, orientada por princípios, torna-se expressão concreta de fidelidade a Deus e de compromisso com a formação integral dos filhos.

Giacaglia e Penteado (2010) também defendem a clara separação de papéis: cabe à família prover os ensinamentos básicos, a segurança emocional, a subsistência e o cuidado com a saúde física e mental do aluno. À escola, por sua vez, compete a educação formal, a formação do pensamento crítico e a promoção de valores sociais e morais. Essa distinção não isola as responsabilidades, mas reconhece que há uma fronteira saudável entre a autoridade dos pais e a autoridade dos professores, ambas igualmente necessárias para a formação plena do aluno.

Para que essa relação funcione de maneira frutífera, é necessário que escola e família se conheçam mutuamente, compartilhem expectativas e caminhem em direção a um propósito comum. Quando esse vínculo é nutrido, torna-se possível reduzir significativamente os focos de indisciplina e melhorar o clima escolar, pois o aluno percebe a unidade de princípios entre os que o cercam. A falta dessa coesão, por outro lado, favorece a manipulação por parte do aluno e fragiliza o processo educativo.



Por fim, é necessário reconhecer que o rendimento escolar está diretamente relacionado à qualidade do ambiente de ensino. A aprendizagem só ocorre de maneira eficaz quando há segurança emocional, respeito mútuo e um clima de tranquilidade. Por isso, escola e família devem trabalhar continuamente para garantir um espaço onde estudar seja um prazer, onde o aluno se sinta amado, desafiado e respeitado. Esse ambiente é fruto da aliança entre todos os envolvidos no processo educativo, regido por princípios bíblicos, pela verdade e pela prática coerente da justiça.

À luz da AEP, tal ambiente não surge de ações isoladas, mas da vivência intencional dos princípios de caráter, autogoverno, aliança, soberania, individualidade, mordomia e semear e colher, que orientam atitudes, decisões e relações no cotidiano escolar. Quando esses princípios são vividos de forma consistente, a escola torna-se um espaço de restauração, formação integral e transformação social, no qual o aluno aprende não apenas conteúdos, mas também a viver com responsabilidade, propósito e compromisso com o bem comum diferentemente dos atuais índices em que se mostra a educação brasileira.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do crescente desafio da indisciplina no ambiente escolar, conforme evidenciado pelo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2021), agravado por lacunas na formação moral e pelo enfraquecimento da cooperação entre escola e família, como promover um processo educativo que forme alunos autogovernados, conscientes de sua individualidade e capazes de respeitar limites, valores e relações, à luz de uma cosmovisão cristã fundamentada na Abordagem Educacional por Princípios (AEP)?

A partir desse questionamento, a presente pesquisa teve como objetivo compreender e propor caminhos consistentes para o enfrentamento da indisciplina



escolar, tomando como referência a AEP e seus fundamentos, especialmente a formação integral do ser humano, o resgate da aliança entre escola e família e a construção consciente de limites que sustentam a vida em sociedade. Os resultados indicam que a indisciplina não se configura como um problema meramente comportamental ou pontual, mas como expressão de uma crise formativa mais ampla, caracterizada pelo esvaziamento de valores, pela fragmentação das responsabilidades educacionais e pelo enfraquecimento das estruturas legítimas de autoridade, o que compromete não apenas o clima escolar, mas também o desenvolvimento moral, social e espiritual dos educandos.

A formação integral, que considera o ser humano em sua totalidade, corpo, alma e espírito, apresenta-se como o caminho mais eficaz para o desenvolvimento de alunos conscientes de sua individualidade, responsáveis por suas escolhas e capazes de viver em harmonia com o próximo. Nesse sentido, educar é muito mais do que transmitir conteúdos: é formar caráter, moldar valores e estabelecer princípios que orientarão as decisões de vida. A escola, portanto, precisa ir além de seu papel instrucional e assumir sua vocação formativa, mas jamais substituindo o papel da família, sua parceira natural e indispensável nesse processo.

A retomada da cooperação entre escola e família é um dos pontos centrais deste estudo. Quando ambas caminham em direções opostas ou agem de forma desarticulada, o aluno fica sem referência clara, o que favorece a indisciplina, a instabilidade emocional e a fragilidade ética. É na união entre essas duas instituições que se constrói um ambiente educacional saudável, no qual os limites não são apenas impostos, mas compreendidos e internalizados como proteção e direção para a vida. Afinal, a própria sociedade é regida por limites legais, morais e relacionais, e sua violação compromete a convivência, a justiça e o bem comum.

Neste cenário, a AEP oferece um modelo coerente e eficaz para essa formação. Ao educar a partir de princípios bíblicos como autogoverno, aliança,



individualidade, soberania e semear e colher, essa metodologia proporciona um ensino que vai além do intelecto, alcançando o coração e a vontade do aluno. Por meio dela, o estudante não apenas aprende, mas é desafiado a refletir sobre o porquê e para que aprender, desenvolvendo discernimento, responsabilidade e domínio próprio.

Comparando a proposta da AEP por meio de Rubens Cartaxo com autores seculares como Içami Tiba, verificou-se que, embora haja consenso quanto à importância da disciplina, dos limites e da atuação ativa da família, a diferença está na base formativa. Tiba, ao fundamentar sua abordagem na psicologia do limite, enfatiza estratégias de organização, estabelecimento de regras e desenvolvimento de competências emocionais e comportamentais, buscando o equilíbrio por meio de intervenções externas que auxiliem o aluno a ajustar suas condutas.

Enquanto os modelos seculares tendem a buscar soluções externas, a AEP foca na transformação interior, a partir de uma cosmovisão cristã que reconhece o ser humano como agente moral, criado à imagem de Deus e responsável diante dele. Nesse sentido, a AEP compreende a disciplina não apenas como técnica de controle, mas como expressão da mordomia do caráter, pela qual o indivíduo é chamado a administrar, diante de Deus, suas escolhas, atitudes e desejos. Assim, o aluno aprende que os limites não são imposições arbitrárias, mas princípios que orientam sua vida e o conduzem ao autogoverno, promovendo uma mudança que vai além do comportamento e alcança o ser.

À luz do objetivo geral deste estudo, compreende-se que a AEP oferece um passo a passo formativo para a superação da indisciplina escolar, ao articular, de modo integrado, o desenvolvimento do autogoverno, o fortalecimento da parceria entre família e escola e a formação integral do educando, fundamentados em princípios bíblicos e valores morais. Esse processo inicia-se com o reconhe-



cimento das causas profundas da indisciplina, não restritas ao comportamento visível, mas enraizadas em lacunas na formação do caráter, na fragilização das estruturas de autoridade e na ruptura da aliança entre as esferas educativas.

Em seguida, ela também propõe a restauração do autogoverno, conduzindo o aluno à internalização de princípios que orientam suas escolhas, ao invés da mera obediência externa. Paralelamente, fortalece-se a aliança família–escola, estabelecendo corresponsabilidade, coerência de valores e unidade de propósito. Por fim, a abordagem promove a formação integral, alcançando as dimensões moral, espiritual, emocional, social e intelectual do ser humano, de modo que a disciplina deixe de ser um mecanismo de controle e passe a ser expressão de caráter, responsabilidade e serviço, tornando-se, assim, um caminho sustentável de transformação pessoal e institucional.

Portanto, conclui-se que restaurar a disciplina no ambiente escolar requer mais do que medidas disciplinares ou ajustes pedagógicos: exige a formação integral do ser humano, a reaproximação intencional entre escola e família e a valorização dos limites como instrumentos de liberdade e segurança. A AEP mostra-se, assim, não apenas uma proposta metodológica, mas uma filosofia educacional que responde de forma profunda e consistente aos desafios da educação contemporânea. Educar por princípios é, mais do que nunca, um caminho necessário para formar cidadãos conscientes, éticos e preparados para viver em uma sociedade sustentada por valores sólidos.

Entretanto, é importante reconhecer que a discussão aqui apresentada não se encerra neste estudo. Os desafios relacionados à indisciplina escolar e à formação do caráter são dinâmicos e exigem um compromisso contínuo de reflexão, aperfeiçoamento e prática. Nesse sentido, destaca-se a relevância da formação continuada de professores na metodologia da AEP, de modo que os



educadores possam compreender seus fundamentos, vivenciar seus princípios e aplicá-los de forma intencional no cotidiano escolar.

Além disso, novas pesquisas podem aprofundar a análise dos impactos da abordagem educacional em análise em diferentes contextos educacionais, níveis de ensino e realidades socioculturais, contribuindo para a consolidação de práticas pedagógicas que promovam, de forma sustentável, o autogoverno, o caráter e a transformação social.

## REFERÊNCIAS

APPIO, Célia Regina; GRIMM, Viviane. Orientação Educacional. Indaial: Uniasselvi, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem – TALIS 2024: Relatório Nacional. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pesquisa\\_talis/resultados/2024/relatorio\\_nacional\\_talis\\_2024.pdf](https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pesquisa_talis/resultados/2024/relatorio_nacional_talis_2024.pdf). Acesso em: 08 jan. 2026.

CAMARGO, Samuel de. A disciplina no ambiente escolar. 2020. 7 f. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso em Administração Escolar, Supervisão e Orientação) – Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi, Blumenau, 2020. Orientador: Felipe Luiz Braghirolli.

CARTAXO, Rubens. Disciplina e Educação: uma questão de princípios e autogoverno. São Paulo: AECEP, 2018.

GIACAGLIA, Lia Renata; PENTEADO, Wilma Millan Alves. Orientação educacional na prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

LIMA, André de Souza; RIALDI, Ana Beatriz; RINALDI, Roberto; CARTAXO, Rubens Danteas. Abordagem educacional por princípios. São Paulo: AECEP, 2018.



OECD. Education in Brazil: An International Perspective. Paris: OECD Publishing, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>. Disponível em: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/06/education-in-brazil-e2a7cdfe/60a667f7-en.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2026.

PIANEZZER, Lúcia Cristiane Moratelli. Orientação educacional. Indaial : Uniasselvi, 2018. SAGRADAS ESCRITURAS. Bíblia. Almeida Revista e Atualizada. Sociedade Bíblica do Brasil. TIBA, Içami. Limite: na medida certa. São Paulo: Integrare Editora, 2006.

TIBA, Içami. Pais e Educadores de Alta Performance. São Paulo: Integrare Editora, 2011.

ZLUHN, Maria Regina. Educação em direitos humanos na educação básica. Indaial: Uniasselvi, 2013.

